



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008602-77.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo**
Requerente: **Sebastião Corradini de Oliveira**
Requerido: **Vrg Linhas Aéreas Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido passagens aéreas de ida/volta de São Paulo/SP a Navegantes/RS no dia 22 de fevereiro p.p., mas em seguida soube que a ré não disponibilizaria o transporte de Navegantes para Blumenau consoante anunciara.

Alegou ainda que solicitou a remarcação das passagens para localidade em que fosse oferecido o ônibus para a mesma data ou o reembolso do valor pago, alternativas que a ré informou não poder adotar sem que se desse a quitação de uma tarifa.

Pleiteia a restituição do montante integral que pagou pelas passagens.

O documento de fl. 53 consiste em propaganda feita pela ré anunciando que oferecia a seus clientes o transporte aludido pelo autor, mas depois ela esclareceu que isso somente estaria disponível até 06/03/2013 (fl. 07).

Como a viagem do autor seria posterior a essa data, ele postulou a remarcação das passagens para outra localidade na mesma data ou o reembolso do valor que despendera (fl. 06).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Em resposta, a ré esclareceu que em caso de cancelamento ou alterações nas passagens seria cobrada do autor uma taxa de R\$ 100,00 ou 100% do valor pago (o que fosse menor – fl. 07).

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, é possível perceber que o autor adquiriu as passagens com base em informação que posteriormente não se concretizou, atinente à disponibilização de transporte específico.

Muito embora houvesse notícia de que a confirmação desse transporte gratuito deveria dar-se no momento do embarque (fl. 53), com mais de dois meses de antecedência da viagem do autor ele ficou sabendo que tal inocontraria (fl. 06).

Firma-se a partir daí a certeza de que havia amparo à negativa do autor em manter a contratação, porquanto a situação que se lhe delineou de início não se implementaria posteriormente.

Como se não bastasse, e ainda que assim não fosse (reconhecendo-se que o autor não foi induzido por propaganda não confirmada), o quadro delineado permaneceria inalterado.

Objetivamente é incontroverso que o autor pagou por serviços que não lhe foram prestados, de modo que a restituição pleiteada é de rigor inclusive para evitar o indesejável enriquecimento sem causa da ré em detrimento do autor.

A cobrança aventada no documento de fl. 07 é manifestamente abusiva, nada justificando a retenção de importância quase equivalente à metade do pagamento realizado a título de taxa.

Não se pode olvidar também que a aquisição das passagens teve vez em 22 de fevereiro e já no dia 25 do mesmo mês a ré exarou a manifestação de fl. 07.

Sabia, portanto, com bastante antecedência da insatisfação do autor, a exemplo de seu desejo em remarcar as passagens ou ter o dinheiro de volta.

Nesse contexto, não é razoável o argumento expendido na contestação de que o autor não compareceu ao embarque em tempo oportuno.

Na verdade, a ré mais de dois meses antes foi cientificada de que o autor propugnara pela devolução do que tinha pago se não fosse viável a remarcação das passagens.

Se não foram levadas a cabo a remarcação ou a devolução, é certo que de antemão se sabia que o autor não embarcaria.

Por tudo isso, o pleito exordial vinga.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 236,52, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2013 (época da contratação da viagem), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**